



**Exclusivo para os
proprietários finais**

澳門特別行政區政府
Governo da Região Administrativa Especial de Macau
財政局
Direcção dos Serviços de Finanças

Lei n.º 2/2019

《 Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios 》

Pedido de isenção do “Imposto do Selo” e dos “Emolumentos notariais e de registo”

Dados do requerente

Proprietário final/substituto : (nome) (Tipo de doc. identificação) (Nº de doc. identificação)

(1) _____

(2) _____

(3) _____

Telefone local (Usado apenas para este pedido): (+853) _____

Identificação do imóvel

Após a reconstrução

Descrição na C.R.P. : nº ____ fls ____ livro B ____

N.º de matriz predial : ____ - ____ - ____

Endereço : ☐ Macau ☐ Taipa ☐ Coloane

Rua _____

N.º policial ____ Edifício _____

Fase/Bloco ____ Andar ____ Moradia _____

Nº do parque ____ ou quotas-partes do parque _____

Finalidade : ☐ Habitação ☐ Comércio

☐ Escritório ☐ Indústria

☐ Parque(s) ____ ☐ Outros _____

Área bruta de utilização : _____ m²

Antes da reconstrução

Descrição na C.R.P. : nº ____ fls ____ livro B ____

N.º de matriz predial : ____ - ____ - ____

Endereço : ☐ Macau ☐ Taipa ☐ Coloane

Rua _____

N.º policial ____ Edifício _____

Fase/Bloco ____ Andar ____ Moradia _____

Nº do parque ____ ou quotas-partes do parque _____

Finalidade : ☐ Habitação ☐ Comércio

☐ Escritório ☐ Indústria

☐ Parque(s) ____ ☐ Outros _____

Área bruta de utilização : _____ m²

Modalidade da isenção dos benefícios fiscais (multi-opcional)

☐ Imposto do selo por transmissões de bens ☐ Imposto do selo adicional ☐ Imposto do selo sobre a aquisição

☐ Imposto do selo previsto na «Tabela Geral do Imposto do Selo» ☐ Emolumentos notariais e de registo

Declaração relativa aos requisitos da autorização da isenção

Para efeitos do pedido da isenção do imposto do selo por transmissões de bens, do imposto do selo adicional, do imposto do selo sobre a aquisição, do imposto do selo previsto na «Tabela Geral do Imposto do Selo» e dos emolumentos notariais e de registo, o signatário declara preencher os seguintes requisitos previstos nos artigos 10.º a 14.º da Lei nº 2/2019 que :

- ☐ O nº dos bens imóveis adquiridos não exceda o dos bens imóveis originalmente dispunha antes da reconstrução.
- ☐ A finalidade dos bens imóveis seja idêntica à dos bens imóveis originalmente dispunha antes da reconstrução.
- ☐ O acréscimo da área bruta de utilização dos bens imóveis não exceda 10% da dos bens imóveis originalmente dispunha antes da reconstrução.
- ☐ A construção esteja sujeita ao regime de propriedade dos bens imóveis antes da reconstrução.

Assinatura

Proprietário final

Assinatura do requerente
(proprietário final)
Data ____/____/____
(Dia/ mês /ano)

Substituto

Declaro (nome) _____ ser substituto de _____
pelo seguinte motivo :

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Cônjuge | <input type="checkbox"/> Apresentação do termo de consentimento de substituição e da prova de relações |
| <input type="checkbox"/> Parente na linha recta | <input type="checkbox"/> Apresentação do termo de consentimento de substituição e da prova de relações |
| <input type="checkbox"/> Comproprietário do bem imóvel | <input type="checkbox"/> Apresentação do termo de consentimento de substituição. |
| <input type="checkbox"/> Divórcio, anulação do casamento ou separação judicial de bens | <input type="checkbox"/> Apresentação do respectivo documento comprovativo |
| <input type="checkbox"/> Sucessão das heranças e transmissão entre herdeiros | <input type="checkbox"/> Apresentação do respectivo documento comprovativo |

Assinatura do requerente (Substituto)
Data ____/____/____
(Dia/ mês /ano)

Reservado à DSF

Observações :

1. O pedido deve ser apresentado à DSF antes da data da assinatura dos documentos, papéis ou actos sujeitos ao pagamento do imposto do selo sobre transmissões de bens;
2. O requerente (pessoa singular, representante da sociedade ou da associação) deve exibir o original do seu documento de identificação ou o respectivo documento comprovativo do representante da sociedade ou associação;
3. O agente deve exibir o original do documento de identificação do requerente ou a procuração;
4. O requerente cujo documento de identificação não exiba a assinatura do titular deve descolar-se, pessoalmente, para o tratamento do pedido;
5. O pedido deve ser acompanhado da cópia do documento de identificação do requerente;
6. Nos termos do n.º 1 do artigo 15.º da Lei nº 2/2019, caso a transmissão, por via não sucessória, seja feita no período de três anos após a data de autorização da isenção de pagamento do imposto ou de emissão da licença de utilização, determina a caducidade da isenção, devendo os beneficiários da isenção pagar os impostos e emolumentos antes da transmissão.